



A TEMPORADA JÁ COMEÇA BEM “QUENTE”

No final do mês passado em Davos, o idealizador do Fórum Econômico Global, Klaus Schwab, ranqueou o pagamento justo de impostos e o estímulo à qualificação dos empregados; a tolerância zero com a corrupção e a remuneração responsável dos executivos; o uso ético das informações privadas na era digital e a vigilância dos direitos humanos em toda a cadeia de fornecedores; e finalmente a proteção do meio ambiente, como as mais importantes premissas do tradicional Manifesto, atualizado de acordo com os principais riscos, desafios e oportunidades que modulam o propósito universal das empresas locais ou transacionais.

A comunidade internacional já esperava que a mudança climática fosse ranqueada como um dos fatores de maior risco para a estabilidade econômica do planeta, superando a influência das migrações, das guerras nucleares e até mesmo do colapso da internet. Tãmanha a importância e preocupação com a emissão dos gases e seu potencial de aquecimento, que o encontro de 2020, na Suíça, reservou duas vezes mais sessões relacionadas à preservação ambiental do que sobre o incremento macroeconômico.

Contrariando a crítica de que a elite empresarial vive desconectada do mundo real e prega mais virtudes do que de fato pratica, os empreendedores brasileiros vem exercitando a nutrição responsável e contribuindo com o meio ambiente desde o final do século passado, por meio de práticas cujos resultados científicos aplicados a campo compuseram o trabalho intitulado “*Environmental impact of using Specialty feed ingredients in swine and poultry Production: A life cycle assessment*”, publicado no *Journal of Animal Science*, 2016.94:2664-2681.

Em continuidade e mais recentemente, o Sindicato convenceu outras interfaces brasileiras da cadeia de produção animal aprimorar ferramentas para Análise do Ciclo de Vida/ACV do milho, da soja e do farelo, à exemplo da iniciativa do Global Feed Lifecycle Assessment Institute (GLFI), com modelagem alinhada àquela da Livestock Environmental Assessment and Performance Partnership (LEAP). Vale lembrar que esse referido consórcio é financiado pelas associações das indústrias produtoras de alimentação animal da União Europeia, dos Estados Unidos e do Canadá, conta com representante da International

constatação apontou flagrantemente para o dilatado tempo de amortização (horizonte temporal dos últimos vinte anos), referente ao tempo de mudança de uso da terra (*Land Use Change/LUC*), que proposital ou coincidentemente, prejudica sobremaneira os países em desenvolvimento e de fronteira agrícola ainda em expansão (no caso, o Brasil) quando comparados àqueles desenvolvidos (Estados Unidos, por exemplo).

A recente cooperação firmada, que se estende do “campo à mesa” (Aprosoja, Abiove, Sindicatos e ABPA, respectivamente), sustentada pela inquestionável competência técnica da Embrapa

A RECENTE COOPERAÇÃO FIRMADA, QUE SE ESTENDE DO “CAMPO À MESA” (APROSOJA, ABIOVE, SINDIRACÕES E ABPA, RESPECTIVAMENTE), PERMITIRÁ DESMISTIFICAR A INJUSTA IMAGEM DE UM SUPERLATIVO BRASIL POLUIDOR

Feed Industry Association/IFIF (da qual o Sindicato é filiado), além de observador da FAO/ONU.

A identificação, por parte do Sindicato, dos pressupostos empregados pelo GFLI e a observação atenta dos mais de mil inventários dos principais ingredientes usados nas rações na Europa e nos Estados Unidos (incluindo também alguns cultivados no Brasil), permitirá revelar as possíveis inconsistências métricas e justificar as necessárias correções, sem as quais, não será possível firmar justa e equilibrada comparação dos insumos brasileiros e as particularidades dos processos produtivos aplicados em nosso território nacional. Outra

Meio Ambiente e da Embrapa Pecúária Sudeste, permitirá desmistificar a injusta imagem de um superlativo Brasil poluidor e servirá de apoio ao continuado avanço das nossas exportações agropecuárias.

Essa parceria público-privada revelou-se robusta, convergente e notadamente oportuna, principalmente frente à mais nova investida europeia, calcada na neutralidade nas emissões de carbono, além da compulsória taxação dos produtos externos que não respeitem as mesmas exigências climáticas daquele bloco, ou seja, não emitir mais gases do efeito estufa do que são capazes de produzir. ■



Ariovaldo Zani
é médico veterinário,
professor do MBA
PECEGE/
ESALQ/USP